



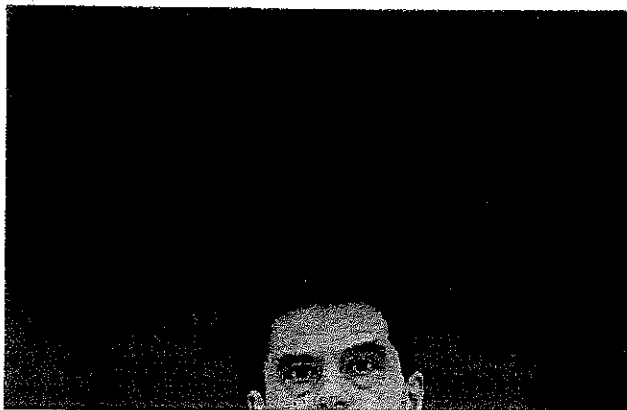
Medina Carreira

adoção de um critério de aferição da sua solidez. Usa-se, em geral, a da percentagem das despesas sociais em relação ao PIB. Preferimos o rácio despesas sociais/nível de fiscalidade: exprime melhor a saúde financeira de um Estado social. O quadro Rácio Despesas Sociais contém os valores desses rácios relativos a cinco países da zona euro (ZE ou "17") ao longo de 30 anos (1980 a 2010): em 2010, Portugal (83%) e Espanha (82%) foram os países que maiores frações das receitas tributárias afetaram ao campo social (col. 4). A Áustria, a Finlândia e a Holanda destinaram-lhe frações bem mais reduzidas das suas contribuições e impostos (70%, 70% e 60%, respetivamente). Analisando década por década (colunas 1, 2 e 3) verifica-se que, entre 2000 e 2010, a relação despesas sociais/impostos de todos aqueles países se agravou muito. É o reflexo da forte desaceleração das economias europeias.

O baixo PIB *per capita* português — As prestações sociais atribuídas na Áustria, na Finlândia e na Holanda são superiores às praticadas em Portugal. Compreende-se: em 2010 o PIB *per capita* da Áustria equivalia a 126% da média dos 17; o da Finlândia, a 125%; e o da Holanda, a 127%. O nosso PIB *per capita*, nesse ano, correspondia a 57% desse valor médio. Naqueles três países o nível de fiscalidade ronda os 40% a 42% do PIB. Em Portugal e sem inconvenientes económicos significativos, não deverá ultrapassar os 33%. Resumindo: quanto maior a riqueza produzida, mais volumosas podem ser as receitas tributárias; e quanto mais avultadas forem essas receitas, mais abundantes serão os meios disponíveis para distribuir.

O índice de robustez financeira do Estado social — A partir dos anos 80 do século XX tornou-se evidente que a crise financeira do Estado social era uma ameaça. Daí a necessidade de

Evolução negativa do índice de robustez do Estado social português — No que respeita a Portugal sublinha-se: primeiro, que, entre os "17", é o país que afeta às despesas sociais uma maior fração das suas receitas tributárias (83%, em 2010); segundo, que, entre 1990 e 2010, foi o país em que mais fortemente evoluiu o rácio em causa (+ 21 pontos, contra + 11 na Espanha, + 15 na Áustria e + 2 na Holanda).



O Governo devia ter empreendido a reforma do Estado social logo que iniciou funções FOTO NUNO FOX

O crescimento das despesas, os défices e o endividamento do Estado — A evolução refletida no quadro Taxas de Crescimento Real (cf. Expresso de 26.1.2013), quanto ao comportamento da nossa economia e aos gastos públicos, permite perceber que acumulámos pesados défices durante muitos anos. Não foi apenas o financiamento das despesas sociais que os determinou. Mas contribuiu muito para os mesmos, bem como para o avolumar incontrolável da nossa dívida pública. O crescimento médio anual, entre 1980 e 2010, de

4,3% das despesas sociais, face aos 2,4% do PIB, teriam, necessariamente, efeitos significativos sobre os défices públicos. Na verdade, as políticas praticadas, durante três décadas, tiveram graves consequências sobre a saúde das nossas contas públicas. E, na década de 2000-2010, o endividamento do nosso Estado agravou-se enormemente. No quadro Endividamento Público (col. 2) aparecemos em 2010 como o terceiro país mais endividado entre os "17" e como o primeiro no crescimento da dívida pública: +43 pontos percentuais do PIB em 2010 do que em 2000 (col. 3). A própria Grécia agravou menos do que nós o seu endividamento: +32 pontos.

A política das promessas e as contas públicas — O crescente peso das despesas públicas ficou a dever-se, primeiro, ao alargamento dos benefícios sociais que foram sendo concedidos durante décadas; segundo, ao número crescente dos beneficiários das prestações públicas. Nos programas eleitorais as promessas de melhores benefícios tiveram quase sempre um lugar de relevo, por se saber que, assim, se atraía os eleitores: os partidos prometem em função dos votos e não de acordo com os interesses superiores do país. Este modo de fazer política sem fa-

zer contas ajudou ao descalabr financeiro, aprisionou e tornou os partidos reféns da sua demagogia. Chegámos assim ao estado de notório temor das principais forças políticas perante a necessidade de da inadiável reforma do Estado social. Mesmo quando sabem que, não a executando, o conde nam ao colapso financeiro. É um questão de tempo.

A redução imediata de €4000 milhões na despesa pública — O Governo anunciou a redução deste elevado valor, nas despesas públicas, como uma necessidade imediata a concretizar através da reforma do Estado. Sendo óbvia a inviabilidade da tarefa em poucos meses, logo se percebeu que estava em causa a reforma do Estado social. Há muito que esta se mostra indispensável e por isso, há cerca de quinze anos, fez-se um ensaio através da Comissão do Livro Branco. A tentativa que agora se reedita — mesmo tendo em conta a reforma logo insuficiente de 2007 — chega atrasadíssima. Quer isto dizer que, tendo em conta a degradação das contas públicas e de tudo o mais entretanto verificado o Governo deveria tê-la empreendido logo que iniciou funções. Tardes embora, não poderia ter sido mais desastroso nesta iniciativa: não explicou, com dados objetivos, que o abundante económico, o desastre financeiro, o endividamento público colossal, e grande dimensão do universo dos Interessados, o profundo de equilíbrio demográfico, o de sempre magro e sem prece dentes, nomeadamente, impõem a reforma imediata do Estado social. Acresce que não procurou a prévia concertação com as forças políticas e sociais para o início do debate. Propôs, para ponto de partida, numa matéria de extremo melindre, um relatório feito por quem não nos conhece e apresenta-o, através de uma fuga de informação, num jornal diário. Não poderia ter criado um ambiente mais desfavorável para levar a cabo a reforma mais urgente, mais relevante e socialmente mais sensível de que temos necessidade. Sem explicar os seus fundamentos objetivos, o Governo permitiu a previsível fuga do Partido Socialista, que está convicto de que, politicamente ganhará muito com isso. Silêncio quanto às verdadeiras razões desta reforma, o Governo permitiu, assim, que a discussão se desloca para o plano ideológico quando se trata apenas de falta de dinheiro. Imprimindo um tom de enorme urgência, que real, pretende fazer, apressadamente, um trabalho que impõe grande ponderação, tranquilidade e vagar. Recorramos que, seguindo esta via, se caminha para um desastre político, de perigosas consequências sociais.

O Governo não poderia ter criado um ambiente mais desfavorável para levar a cabo a reforma mais urgente, mais relevante e socialmente mais sensível de que temos necessidade

A desorçamentação, os défices escondidos e a dívida pública — Os registos contidos nos quadros 1, 2 e 3, explicam as verdadeiras causas do colapso financeiro do Estado português. Mas a nossa situação transcende essa realidade. Com a sujeição à tutela estrangeira, em 2011, ficou a saber-se muito mais: que eram enormes as dívidas escondidas na Saúde, nos municípios, nas empresas municipais e nas empresas públicas, nas regiões autónomas, nas concessões das PPP (sobretudo rodoviárias), nas fundações, etc. Isto é: a simples análise dos dados relativos à execução dos orçamentos anuais não permitia uma avaliação séria sobre o estado das Finanças Públicas portuguesas. Uma desorçamentação organizada levou a que só mais tarde, com grande e geral estupefação, tivéssemos conhecido o antântico montante da dívida do Estado português.

O enorme universo dos 'interessados' do Estado — Os custos do Estado social cresceram também em função do maior número de beneficiários. Estima-se que Portugal tinha, em 1980, cerca de 2.200.000 funcionários e pensionistas; em 2010 este número subiu para os 4.200.000. Havia, em 1980, 2,4 empregados por cada pensionista; em 2010, apenas 1,4. Existem ainda abonos e subsídios vários, como os atribuídos aos desempregados, aos doentes, aos reformados (a título de complemento solidário), às crianças e jovens (através do abono de família), aos pais (a título de paternidade); aos utentes do RSI, etc. Face a estes elementos, estimamos que os 'interessados' (diretos e seus familiares) nas prestações públicas, rondam hoje os 6 a 7 milhões de cidadãos. Qualquer coisa como 70% a 80% dos eleitores portugueses. A 'comunhão' destes interesses, relativamente às prestações públicas, já há muitos anos nos levou a designar este universo por Partido do Estado.

RÁCIO DESPESAS SOCIAIS: NÍVEIS DE FISCALIDADE

Em percentagem (valores arredondados)

	1980	1990	2000	2010
Portugal	70	67	75	88
Espanha	69	71	59	82
Áustria	51	55	51	70
Finlândia	51	55	51	70
Holanda	53	60	50	69

FONTE: OCDE E CONTAS PÚBLICAS NACIONAIS

ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

(valores arredondados)

	2000	Endividamento (% PIB) 2010	Variações 2000/2010
Grécia	115	147	+32
Itália	122	127	+5
Portugal	69	103	+34
Holanda	64	71	+7
Dinamarca	60	56	-4

FONTE: OCDE

queremos descobrir os melhores gestores para o futuro

Agarra o teu futuro

Regulamento disponível no site: www.primusinterpares.univarsia.pt

10 anos primus INTER PARES

Santander Totta EXPRESSO

